



Publicado D.O.E.

Em 27/09/07

Secretaria do Tribunal Pleno

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 02669/06

Administração direta. Município de Alhandra. Prestação de Contas Anuais. Exercício financeiro de 2005. Declaração de atendimento parcial às disposições da LRF. Ausência de licitações. Ausência de comprovação dos beneficiários com doações. Despesas irregulares ordenadas. Aplicação de multa. Assinação de prazo para fins de recolhimento.

ACÓRDÃO APL TC 661/2007

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os autos do processo TC nº 02669/06, relativo à prestação de contas do Município de Alhandra, exercício de 2005, tendo como responsável o Prefeito, Sr. Renato Mendes Leite, e

CONSIDERANDO que restou evidenciado que o gestor não cumpriu totalmente as determinações da LRF, precisamente, no que concerne à compatibilidade de informações entre o RGF e a PCA;

CONSIDERANDO que, da análise procedida pela Auditoria, restou configurado o cometimento de irregularidades, no que concerne a não realização de licitações e ausência de comprovação dos beneficiários com doações;

CONSIDERANDO que o Prefeito Municipal e ordenador de despesa atrai para si multa nos termos da Lei Complementar nº 18/93, art. 56 II quando descumpre preceitos e disposições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO o Relatório da Auditoria, o pronunciamento do Órgão Ministerial, o voto do Relator e o mais que dos autos consta,

ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à maioria, com a declaração de impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, em sessão plenária realizada nesta data em:

1. **Declarar** que o chefe do Poder Executivo do Município de Alhandra, no exercício de 2005, **atendeu parcialmente** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
2. **Imputar débito** ao Prefeito do Município de Alhandra Sr. Renato Mendes Leite, no valor de R\$ 44.389,03, em face de ausência de comprovação dos beneficiários com doações, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, a fim de que proceda ao recolhimento ao erário municipal da importância relativa ao débito, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual.
3. **Aplicar** com supedâneo no inciso VIII, do art. 71, da Constituição Federal, e art. 56, II da Lei Complementar nº 18/93 **multa pessoal** ao Sr. Renato Mendes Leite, no valor de R\$ 2.805,10, em razão de infrações às normas legais, com fundamento no art. 56 da LCE 18/93, **assinando-lhe** o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, **para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual**, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do



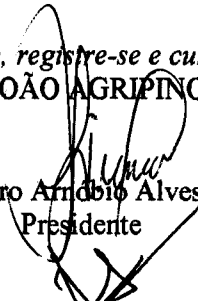
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 02669/06

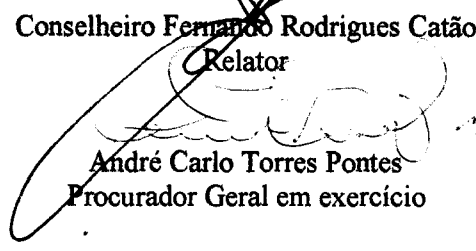
Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO, 12 de setembro de 2007.


Conselheiro Arribio Alves Viana
Presidente


Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator


André Carlo Torres Pontes
Procurador Geral em exercício